



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: 3286-8400 - Fax: 3286-8440 - E-mail: pmcalema@certto.com.br

CEP: 85790-000 - Av. Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - PR

PROJETO DE LEI Nº 035, DE 1º DE JULHO DE 2022.

ALTERA OS INCISOS I E II DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 16 DA LEI Nº 2.318/2018 DE 07 DE JUNHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, MAXWELL SCAPINI, Prefeito do município de Capitão Leônidas Marques, no uso de minhas atribuições legais sanciono a presente:

L E I

Art. 1º O inciso I e II, do parágrafo 2º do artigo 16 da Lei 2.318/2018 de 07 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

Capítulo V – Da Bolsa Auxílio

.....
“ I – Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança e/ou adolescentes, o valor da bolsa auxílio será proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes acolhidos.

II – Em casos de crianças ou adolescentes com deficiência ou com demandas específicas da saúde, devidamente comprovadas com laudo médico, o valor estabelecido no art. 16, será acrescido de 1/3 do montante.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Capitão Leônidas Marques - PR, em 04 de julho de 2022.

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal



Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: 3286-8400 - Fax: 3286-8440 - E-mail: pmcalema@certto.com.br

CEP: 85790-000 - Av. Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - PR

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 035/2022

Senhora Presidente;

Encaminhamos à apreciação e deliberação deste egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 035/2022, que altera incisos I e II do parágrafo 2º do artigo 16 da Lei 2.318/2018 de 07 de junho de 2018.

Faz-se necessário o referido Projeto, uma vez que a redação anterior limitava a quantidade de bolsa auxílio por crianças ou adolescentes abrigados, que era no máximo de 03. Tendo em vista a possibilidade do surgimento de casos mais complexos, com maior necessidade de abrigo é que se faz imprescindível não limitar a questão da bolsa auxílio, mas sim, adequar a lei a fim de viabilizar o necessário à proteção da criança e do adolescente.

Insta consignar, que limitar essa questão é inviabilizar o abrigo, tornar de certo modo, ineficaz a lei municipal supra alterada.

Por fim, com a matéria proposta, evidenciado fica o interesse público na consecução deste objeto, razão pela qual solicito análise. Sendo estas as considerações, solicitamos a apreciação e aprovação da presente matéria.

MAXWELL SCAPINI

Prefeito Municipal